



Descarbonizando: como o Brasil pode liderar a transição energética



6, setembro 2023



De São Paulo

Juliana Maciel

- *Brasil precisa aproveitar a janela de oportunidade*
- *Regras mais claras podem estimular investimento estrangeiro*

- *Iniciativas de transição precisam de incentivo para se desenvolver*

A descarbonização da economia é uma necessidade de escala global. As consequências do aquecimento e a crise climática vêm sendo discutidas e propagadas por cientistas há décadas, mas nos últimos anos se tornam cada vez mais evidentes. A redução de emissões de carbono precisa ocorrer de forma urgente, mas uma mudança em escala tão grande também pode ter consequências catastróficas.

Para que a transição energética seja viável, ela precisa ser justa e financeiramente exequível. Também deve ser executada de forma que seja mantida a segurança de suprimento de energia. Esse último aspecto foi bastante impactado por acontecimentos recentes, como a pandemia de covid-19 e a guerra na Ucrânia, que escancararam a importância não apenas da produção estável de energia limpa, mas também do armazenamento e da distribuição.

Papel do Brasil

Nessa questão, o Brasil tem um papel fundamental. O país tem potencial para a produção de bens e serviços que levam à redução da pegada de carbono, da produção de **bioinsumos para a agropecuária** e extração de **minerais críticos para a produção de baterias** à exportação de hidrogênio verde. O Brasil pode também ser uma força política para influenciar a velocidade e a abrangência da transição energética em todo o planeta.

Mas para que a mudança da matriz energética seja feita dentro dos prazos propostos pelo Acordo de Paris – uma redução pela metade da emissão de gases de efeito estufa até 2030 e a completa neutralidade até 2050 – é preciso agir desde já.

Segurança e incentivo

Embora a maior parte da energia elétrica gerada no Brasil seja limpa, baseada em hidrelétricas, a matriz energética como um todo ainda tem grande participação de combustíveis fósseis, principalmente no transporte de cargas. O desmatamento e a agropecuária contribuem para a emissão de gases de efeito estufa.

Para reduzir a pegada de carbono e assumir o papel de celeiro de projetos para uma economia verde, o Brasil precisa de incentivos econômicos e financeiros. O **Novo PAC, anunciado em agosto**, prevê investimentos de 449,4 bilhões de reais até 2026 para projetos de segurança e transição energética.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva coloca o tema como prioridade, mas ainda tem como desafio tornar esses projetos economicamente atrativos. O capital estrangeiro será essencial para viabilizar a transição energética no país. Para atraí-lo é preciso fazer frente a fortes concorrentes internacionais.

Alguns setores são tão inovadores que a conta ainda não fecha. Estados Unidos, União Europeia e alguns países da Ásia já têm feito iniciativas governamentais para criar incentivos financeiros e fiscais para favorecer – e algumas sanções – para impulsionar o investimento em alternativas de baixo carbono.

Especialistas avaliam que, para colocar o Brasil na dianteira dessa corrida, será preciso estímulo financeiro, com financiamentos acessíveis via bancos públicos de fomento, incentivos fiscais e, em alguns casos, incentivos regulatórios para oferecer um ambiente juridicamente seguro.

Daniel Szyfman, sócio do Machado Meyer avalia que a principal questão neste momento é como tornar o Brasil atrativo para negócios de transição energética. Mas, se demorar, a oportunidade pode desaparecer.



“Existe uma janela muito favorável para o Brasil ter esse papel relevante na transição energética. É importante que o debate público tenha em mente que algo perfeito em dez anos é pior do que algo bom em um ano e meio”.

Veja a análise completa de **Szyfman**.

José Roberto Martins, sócio do Trench Rossi Watanabe afirma que o Brasil é a “bola da vez” da transição energética. Mas que essa posição de liderança pode ser ameaçada por uma infraestrutura deficitária.



“Já estamos chegando em gargalos de infraestrutura sérios que podem impedir investimento na área. Seria um desastre, porque nós temos o empreendedor, nós temos os recursos naturais e a regulação na área de energia elétrica, que já está testada e é boa. O que está faltando? Precisamos correr com essa infraestrutura.”

Veja a análise completa de **Martins**.

Daniela Ribeiro Davila, sócia do Vieira Rezende Advogados diz que a transição é uma adição de novas fontes energéticas, não uma troca. Para ela, a indústria de óleo e gás vai continuar garantindo a estabilidade do fornecimento de energia, principalmente em momentos de crise.



“A indústria fóssil ainda vai estar aí por muito tempo. Então, a questão é como vamos fazer com que essa indústria fique mais sustentável, de uma forma mais compatível com o que o mundo hoje espera e precisa em termos de diminuição de emissão de carbono.”

Veja a análise completa de **Davila**.

Giovani Loss, sócio do Mattos Filho sustenta que a indústria de petróleo e gás é um instrumento para a transição energética e que o desconhecimento pode levar à estigmatização do setor, que ainda está em ascensão no Brasil.



“Quando se fala em ‘ambiental’, as pessoas partem do pressuposto de que a indústria petróleo é um vilão que precisa ser combatido, senão não tem transição. Devíamos trabalhar com o conceito de uma indústria mais limpa e de como o Brasil poderia ser referência de indústria de petróleo em transição. Temos que tentar alinhar interesses, em vez de achar que há um conflito onde ele não existe.”

Veja a análise completa de **Loss**.

Foto em destaque: Ricardo Stuckert/PR/Agência Brasil

CIRCLE NEWS

CIRCLE NEWS

[Contato](#)

[Sobre Circle News](#)

[Termos de uso](#)

[Privacidade](#)

[Linkedin](#)